



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

2775

Presidente da Mesa Diretora: Manoel Soares Lopes

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Pendentes, rejeitados, sobrestados, prejudicados, retirados de pauta, não votados

Autoria: Executivo Municipal

Data: 12/08/86

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI S/Nº/1986. (RETIRADO). Permite o comércio ambulante e de camelôs, em determinadas áreas da cidade, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Controle Interno – Caixa: 27

Posição: 36

Número de folhas: 07

Espécie: PL
Categoria: Pendentes
A: 27
Ordem: 36
ne fls: 04

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº _____

Autor: Prefeito Municipal

Assunto: Dispõe sobre o Comércio Ambulante de Camelô.

Caixa

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 12.08.86
- 2 À Com. de Leg. e Justiça em 12.08.86
- 3 ~~Relatório em 12.08.86~~
- 4 ~~Relatório a discussão em 16.08.86~~
- 5 RETIRADO DE PAUTA, A PEDIDO
- 6 DO V. GERADOR HONORATO - 02-09.86
- 7
- 8
- 9
- 10



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cel. Prates, 142 — 39.400 — Montes Claros — Minas Gerais



PROJETO DE LEI Nº 91, DE 30 DE JULHO DE 1.986

PERMITE O COMÉRCIO AMBULANTE E DE CAMELO, E DA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Montes Claros decreta e
eu sanciono a seguinte Lei :-

Art. 1º - Fica permitido o Comércio ambulante
e o de camelo nos logradouros públicos, previamente determinados pe-
lo órgão competente, aos comerciantes e camelôs, que, como tais, fo-
rem considerados pelo Poder Público, nos termos do Decreto que regu-
lamentará esta atividade.


Art. 2º - O comércio ambulante e o de camelo
serão exercidos, mediante assinatura de "Termo de Permissão de Uso",
a título precário, sob condições.

Art. 3º - A coordenação e a fiscalização do Co-
mércio ambulante e de camelôs ficarão a cargo da Secretaria de Desen-
volvimento Econômico - SEDEC, cabendo-lhe, ainda, determinar os lo-
gradouros públicos, em que se exercerão estas atividades

Art. 4º - A presente Lei será regulamentada
por Decreto, no prazo de 30 (trinta) dias, fixando-lhe normas disci-
plinadoras.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrá-
rio, esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação.

Prefeitura de Montes Claros, 30 de Julho de
1.986.


LUIZ TADEU LEITE
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE Legislação
 EM 2 DE agosto DE 1986
 PRESIDENTE

A reunião é legal
 e constituiu-se. Lemos
 pela sua aprovação.
 Em 19.08.86

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM 2 DISCURSSÃO POR
 EM 9 DE agosto DE 1986
 PRESIDENTE

[Handwritten signature]
 Documento



João Carneiro



Câmara Municipal de Montes Claros

EMENDA AO PROJETO DE LEI QUE PERMITE O COMÉRCIO AMBULANTE E DE CAMELO NESTA CIDADE.

O Vereador infra-assinado, na forma regimental, apresenta a seguinte emenda ao projeto de lei em referência :-

EMENDA - Que se dê ao Artigo 3º o seguinte teor :-

" Art. 3º - A coordenação e fiscalização do comércio ambulante e de camelôs ficarão a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, a quem caberá ainda, mediante aprovação prévia da Câmara Municipal, determinar os logradouros públicos onde estas atividades serão exercidas e de que forma serão elas desenvolvidas. "

Sala das sessões, 19 de agosto de 1986.

Carlos Pimenta de Figueiredo
Vereador Carlos Pimenta de Figueiredo

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE _____

EM _____ DE _____ DE 19____

PRÉSIDENTE

A referida matéria
é legal e constitucional.
Somos pela sua apro-
vação.

mo de 26.08.84

[Signature]
Comunicação



Prefeitura Municipal de Montes Claros - MG

Em, 31 de Julho

de 19 86

Of. Nº - SG-035/86

Assunto : Projeto de Lei e Mensagem

Serviço : Secretaria de Governo

Senhor Presidente,

A economia brasileira tem exigido da sociedade a criação de novos empregos. Nos grandes centros urbanos, o desemprego, o desestímulo às atividades criativas, eram a tônica natural, não apenas, devido ao ganho fácil, com as aplicações no mercado de capital, como também, à inexistência de aproveitamento da mão de obra. De um lado, existiam e existem aqueles que, sempre, exerceram a atividade comercial, de outro, os que, necessitando sobreviver na sociedade, iniciaram o comércio ambulante ou em pontos fixos, sempre em logradouros públicos, concorrendo com os demais comerciantes. Estes últimos se constituíram, sempre, no "calcanhar de Aquiles", para a administração pública.

Por isto, chegou o momento de nos preocuparmos com eles, regulamentando o exercício de sua atividade comercial, para que possam, com o Poder Público, comerciar, livremente.

Entendemos que, por meio de celebração de contrato de "Permissão de Uso", a título precário, e, sob condições, estaremos resolvendo esta situação, eis que ao "ambulante" e ao "camelô" o Poder Público estará permitindo participar, ativamente, da economia do Município, e, ao mesmo tempo, disciplinará esta modalidade de comércio, por que exercida em logradouros públicos.

Dentro de prazo certo, por via de Decreto, regulamentaremos o Projeto de Lei, que ora passamos às suas mãos, para exame e aprovação dessa Casa Legislativa, definindo esta atividade comercial e condicionando o seu exercício a normas, que possam impedir sua proliferação e as ordenam, previamente.

Cont.



Prefeitura Municipal de Montes Claros - MG

Em, de

de 19

Of. Nº

Assunto

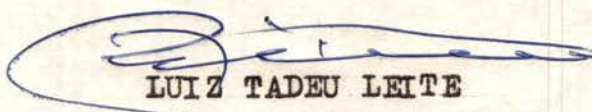
Serviço

Continuação...

Como se vê, também, os "comerciantes ambulantes" e os "camelôs" merecem nossa preocupação, e, esperamos que, daqui por diante, este problema seja resolvido para o futuro.

Agradecemos o empenho que dispensaram na aprovação deste Projeto de Lei, e externamos a V.Exa., e aos Senhores Vereadores nossa estima e nosso respeito.

Cordialmente,


LUIZ TADEU LEITE
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor

Manoel Soares Lopes

DD: Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

N E S T A